



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

1. Identificação da Reunião

Data e Hora	Local	Vice-Coordenador
29/10/2025 10h00	Videoconferência Plataforma Zoom	Felipe Sales Souza, Juiz de Direito

2. Pauta da Reunião

Assunto
<p>Projeto dos Pontos de Inclusão Digital (PIDs);</p> <p>Alterações no site institucional do TJGO;</p> <p>Projeto “Justiça Dentro das Selas”;</p> <p>Sugestão de aprimoramento da nomeação de advogados dativos.</p>

3. Membros do Comitê de Acesso à Justiça

Nomes e cargo
<ol style="list-style-type: none"> 1. Felipe Sales Souza, Juiz de Direito – Coordenador; 2. Wander Soares Fonseca, Juiz de Direito; 3. Marco Antônio Luiz de Amorim, Juiz de Direito; 4. Vanderlei Caires Pinheiro, Juiz de Direito; 5. Júlia Vianna Correia da Silva, Juíza de Direito;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

6. Thalene Brandão Flauzino de Oliveira, Juíza de Direito;
7. Gabriel Carneiro Santos Rodrigues;
8. Raígor Nascimento Borges, Juiz Substituto;
9. Nelson Garcia Pereira Júnior, Juiz Substituto;
10. Luana Corrêa Pedrosa, Assessora de Juiz de Direito;
11. Aline Leonardo, Vice-Diretora do Centro de Comunicação Social;
12. Daiane Mendes Pereira Torres, Auxiliar Judiciária;
13. Débora Dias Bastos; Assessora de Juiz de Direito;
14. Elaine Cristina Abrantes dos Santos, Escrevente Judiciária I;
15. Eunice Machado Nogueira, Coordenadora Administrativa da EJUG;
16. Guilherme Feler de Paula Fraga, Assessor de Juiz de Direito;
17. Leonardo Pereira Martins, Assessor Jurídico de Desembargador;
18. Luciano Francisco de Oliveira, Assessor de Juiz de Direito.
19. Marcelo de Jesus Rosa Pereira, Coordenador da Central Única de Contadores-CUC;
20. Adilsom Canedo Machado; Servidor;
21. Héctor Victor Pires Barbosa; Servidor;
22. Hespártaco Nascimento Coelho; Servidor;
23. Raphael Alexandre Mendes Morais; Servidor.

4. Ata

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco (29/10/2025), às 10 h, por meio da plataforma Zoom, realizou-se reunião do Comitê de Acesso à Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sendo presidida pelo coordenador do comitê, Felipe Sales Souza e estando presente os membros Vanderlei Caires Pinheiro, Guilherme Feler de Paula Fraga, Débora Dias Bastos, Hespártaco Nascimento Coelho, Marcelo de Jesus Rosa Pereira, Héctor Victor Pires Barbosa, Raígor Nascimento Borges, Raphael Alexandre Mendes Morais, Gabriel Carneiro, Eunice Machado Nogueira, Daiane Mendes Pereira Torres, Nelson Garcia Pereira Júnior e Júlia Vianna Correia da Silva. Ausentes os membros Marco Antônio Luiz de Amorim (em gozo de dias de compensação), Thalene Brandão Flauzino de Oliveira



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

(participação em Congresso), Elaine Cristina Abrantes dos Santos (ausência não justificada), Leonardo Pereira Martins (ausência não justificada), Wander Soares Fonseca (em reunião), Aline Leonardo, Luciano Francisco de Oliveira (em evento escolar da filha), Luana Corrêa Pedrosa (em gozo de suas férias regulares) e Adilsom Canedo Machado (em viagem). **1)** Inicialmente, o coordenador registrou a presença da Dra. Camila, presidente da OAB – Subseção de Caldas Novas. A Dra. Camila informou que, após reunião com o Secretário-Geral da Corregedoria, Dr. Kennedy, verificou-se que a Central de Atendimento ao Poder Judiciário (CAP) tem funcionado de forma célere e eficiente, mas persiste a dificuldade de contato direto com os servidores das varas, já que não há expediente físico em razão da reforma. Ressaltou que a intenção da OAB não é substituir o CAP, mas restaurar o atendimento direto com os servidores, de modo que o CAP funcione como canal alternativo. Informou também que o balcão virtual segue ativo. Em resposta, o coordenador informou que havia recebido dúvidas semelhantes e comprometeu-se a abrir PROAD para confirmar junto à Presidência e à Corregedoria se o balcão virtual continuará funcionando paralelamente à Central de Atendimento, e de que forma o atendimento será estruturado. Ficou consignado que as informações serão repassadas à Dra. Camila e à OAB após retorno oficial. **2)** Prosseguindo, o coordenador informou que o projeto dos PIDs foi aprovado pela Presidência, que designou a juíza auxiliar Dra. Lídia para acompanhar o tema. Comunicou que foi marcada reunião com a magistrada para o dia 03/11/2025, ocasião em que seria apresentado questionário elaborado pela equipe da Presidência para ser preenchido pelos juízes diretores de foro. A Dra. Júlia apresentou o conteúdo do questionário, destacando a importância de permitir respostas múltiplas nos casos em que o magistrado seja responsável por mais de um PID. Apontou também a necessidade de incluir opção de “não aplicável” para comarcas não obrigadas à instalação, conforme as resoluções do CNJ e do TJGO. Ficou definido que o questionário será enviado ao grupo do comitê para revisão colaborativa antes da reunião com a Juíza Auxiliar, com prazo para envio de sugestões pelos membros. **3)** O Dr. Felipe relatou a realização de reunião com o Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Gustavo, intermediada pelo servidor Rafael, para tratar da reformulação do layout do site institucional. O magistrado orientou o comitê a enxugar as abas do projeto original e a abrir PROAD com proposta revisada, para análise pelos setores técnicos da Diretoria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA

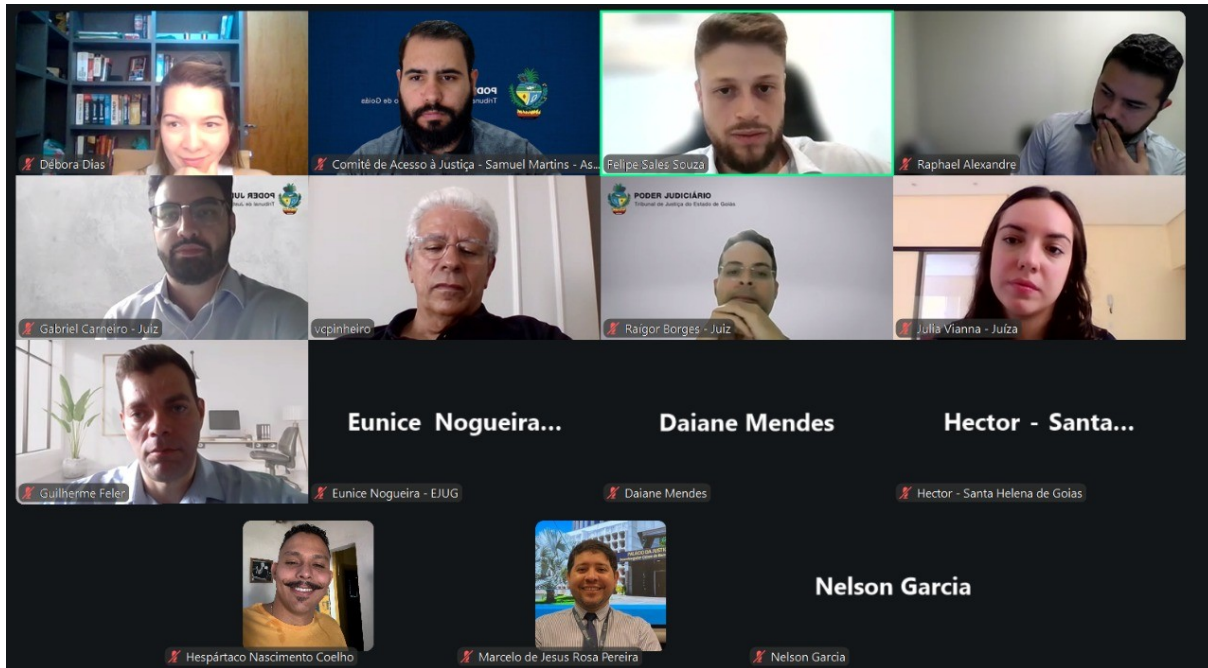
de Tecnologia. O Dr. Vanderlei e o servidor Guilherme informaram que a versão ajustada já havia sido concluída e seria reenviada ao coordenador para abertura do PROAD. 4) O coordenador comunicou que o projeto “Justiça Dentro das Selas” deverá ter sua primeira edição realizada em 2026. Ficou acordado que os membros do comitê que atuam em execuções penais enviarão informações sobre suas unidades prisionais, indicando demandas prioritárias e interesse em receber o projeto, para que o comitê elabore um plano inicial e questionário diagnóstico até o final do ano. 5) Ao final, o Dr. Vanderlei levantou questionamento sobre a escassez de advogados dativos nas comarcas, especialmente nos juizados cíveis, e sugeriu que cada unidade mantenha cadastro próprio de advogados disponíveis, evitando a dependência exclusiva da lista geral, que tem se mostrado ineficiente. Os magistrados presentes registraram que, em alguns juízos, mantém-se cadastro próprio de profissionais que, por histórico de disponibilidade e presteza, costumam atender prontamente às nomeações, o que tem reduzido renúncias e atrasos. O coordenador afirmou que o tema poderá ser objeto de discussão específica em reunião futura, buscando padronização estadual ou orientação da Corregedoria. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 11 h, e eu, Luana Corrêa Pedrosa, Secretária do Comitê de Acesso à Justiça, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada digitalmente pela Coordenadora do comitê.

Felipe Sales Souza

Juiz de Direito e Vice-Coordenador do Comitê de Acesso à Justiça



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS
COMITÊ DE ACESSO À JUSTIÇA



ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código HXAQBxB8D9y no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202504000631694 (Evento nº 16)

FELIPE SALES SOUZA

JUIZ DE DIREITO

CATALÃO - 2ª VARA DE FAMÍLIA E DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.

Assinatura CONFIRMADA em 05/11/2025 às 16:36

